

CONFRONTOS NO PÓS-GUERRA – O ANTICOMUNISMO E AS ELEIÇÕES DE 1945 E 1947 EM PORTO ALEGRE

Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero
Departamento e Pós Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O texto analisa manifestações de anticomunismo que permearam as eleições realizadas em dezembro de 1945, janeiro e novembro de 1947, em Porto Alegre, num período marcado por intensa atividade política do Partido Comunista do Brasil (PCB) e pela atuação da Liga Eleitoral Católica (LEC). Mostra as três eleições como momentos marcantes de uma conjuntura de transição entre o Estado Novo e o governo Dutra e também entre um clima de abertura e outro de fechamento político, no seio do qual o PCB foi posto na ilegalidade. Neste quadro, o anticomunismo esteve lado a lado com um conjunto de representações conflitantes a respeito da democracia, da ditadura, do fascismo, do nazismo, revelando que estava em jogo a caracterização dos novos tempos que se seguiram à vitória dos Aliados na Segunda Guerra e à queda do Estado Novo.

Palavras chave: PCB, Liga Eleitoral Católica, anticomunismo, redemocratização

Abstract: The present text analyzes anticommunist manifestations that permeated elections in December 1945 and in January and November 1947 in Porto Alegre, during a period marked by intense political activity on the part of the Communist Party of Brazil and by action from the Catholic Electoral League (Liga Eleitoral Católica - LEC). It pictures the three elections as remarkable moments of a conjuncture of transition between the political period known as Estado Novo (New State) and the Dutra administration, as well as between an atmosphere of political opening and closing in which PCB was declared illegal. In this scenery, anticommunism stood side by side with a set of conflicting representations regarding democracy, dictatorship, fascism, and nazism, revealing that the characterization of the new era that followed the victory of the Allies in World War II and the fall of Estado Novo was at stake.

Key words – Communist Party of Brazil; Catholic Electoral League, anticommunism, democratization.

CONFRONTOS NO PÓS-GUERRA – O ANTICOMUNISMO E AS ELEIÇÕES DE 1945 E 1947 EM PORTO ALEGREⁱ

Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero
Departamento e Pós Graduação em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

“Nós somos a imensa maioria católica. Não permitiremos a vitória do comunismo. Onde estiver um comunista, devem estar dez anticomunistas”.ⁱⁱ

Este texto analisa manifestações de anticomunismo que permearam as eleições de dezembro de 1945 e de janeiro e novembro de 1947, em Porto Alegre, tendo como base um conjunto de matérias que o Partido Comunista do Brasil (PCB), a Liga Eleitoral Católica (LEC) e os apoiadores de candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Democrático Social (PSD) mandaram publicar no jornal *Correio do Povo*.ⁱⁱⁱ Explora com mais intensidade o discurso e as representações anticomunistas, mas também menciona a repressão policial aos comunistas, trazendo elementos para a caracterização daquele período de intensa e bem sucedida atividade do PCB.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, para Presidente da República, para duas cadeiras no Senado e para a Câmara de Deputados, o PCB gaúcho elegeu Abílio Fernandes como deputado federal, além de arrecadar uma significativa quantia de votos para Iedo Fiúza. Em 19 de janeiro de 1947, foram eleitos Governadores estaduais, um Senador e deputados estaduais. O PCB apoiou o candidato vitorioso ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, Walter Jobim, do PSD, e elegeu três deputados: Otto Alcides Ollweiller, Antônio Ribas Pinheiro Machado Neto e Dionélio Machado. Em 15 de novembro de 1947, finalmente, foram eleitos prefeitos e vereadores. Em Porto Alegre, os comunistas – cujo partido já tinha tido sua sigla cassada - elegeram para a Câmara municipal, Julieta Battistioli, Marino dos Santos, José César Mesquita e Eloy Martins (como vereadores e suplentes) através da sigla do PSP.^{iv}

As três eleições foram momentos marcantes de uma conjuntura de transição entre o Estado Novo e o governo Dutra e também – mesmo que pareça paradoxal, à primeira vista – entre um clima de abertura (1945) e outro de fechamento político (a partir de 1946), no seio do qual o PCB foi posto na ilegalidade. Na propaganda e nas discussões travadas em torno das três eleições, o anticomunismo esteve lado a lado com um conjunto de representações conflitantes a respeito da democracia, da ditadura, do

fascismo, do nazismo. Estava em jogo a caracterização dos novos tempos que se seguiram à vitória dos Aliados na Segunda Guerra, e ao enfraquecimento, e depois queda, do Estado Novo.

O ano de 1945 foi marcado pela expectativa a respeito da realização das eleições presidenciais em dezembro, anunciadas desde o começo do ano e precedidas por um processo de organização dos partidos e pelo lançamento das candidaturas de Eduardo Gomes, da UDN, pela oposição e do General Dutra, do PSD, que teve o apoio explícito de Vargas apenas nos últimos momentos de sua campanha. Sobre as duas candidaturas, no entanto, pairava a possibilidade da permanência de Vargas no poder, especialmente após o crescimento do movimento queremista. “Queremos Getúlio” ou “Queremos a Constituinte com Getúlio” foram bandeiras de luta de populares e de alguns grupos políticos, como o nascente PTB e o próprio PCB.^v Durante boa parte do ano, as oposições e a imprensa desconfiaram que Getúlio poderia virar o jogo, cancelar as eleições e manter-se no poder.

A postura assumida pelo PCB naquela conjuntura foi o corolário de teses defendidas desde 1938 e das decisões da II Conferência Nacional do Partido, realizada em 1943, que ficou conhecida como Conferência da Mantiqueira. Na ocasião, decidiu-se pelo apoio incondicional à política de guerra travada por Vargas e também pela luta pela anistia, legalização do partido e volta do país à normalidade institucional.^{vi} No início de 1945, depois de beneficiado pela anistia e libertado da prisão, onde estava há nove anos, Prestes defendeu a posição – que foi vitoriosa no partido – de que era necessária a elaboração de uma nova constituição antes mesmo da eleição presidencial.

Essa opção foi, posteriormente, explicada por Prestes da seguinte maneira: “Eu disse a Eduardo Gomes: minha posição é pela Constituinte. É claro que o Partido apoiou Getúlio, mas nunca fizemos acordo com ele. Éramos aliados tácitos. Não o hostilizávamos porque eles estavam garantindo as eleições, liberdade de imprensa e liberdade para organização do partido (...). O brigadeiro continuou conversando e, a certa altura, afirmou: ‘não pode haver eleições livres com Getúlio’. Eu discordei: ‘como não pode? Há liberdade de organização dos partidos, não há censura e existe liberdade de expressão. Mas vamos admitir que seja verdade: não pode haver eleições livres com Getúlio. O que nós vamos fazer para tirá-lo do poder?’ Só havia uma alternativa: o golpe. Era o que eu queria que ele falasse e foi o que, em linhas gerais, ele sugeriu”.^{vii}

A política de União Nacional que o PCB passou a defender – apoio a Vargas, prioridade para a eleição para a Constituinte, conciliação e colaboração entre as classes

sociais e contenção das reivindicações dos trabalhadores – visava proteger a transição para a democracia dos perigos representados pelos resquícios de fascismo ainda presentes no país. Tal política foi criticada no seio do partido, nas oposições em formação e em boa parte da imprensa.^{viii}

Despertou também intensa preocupação da Igreja Católica, embora por motivos diferentes, pois foi vista como uma falsa política de mãos estendidas, pernicioso para a conjuntura vivida no Brasil e no mundo. Para se contrapor aos avanços organizativos do PCB, a Igreja utilizou, a partir do início da segunda metade de 1945, estratégias como a elaboração e divulgação de manifestos, a realização de mobilizações de massa e a colocação em funcionamento da LEC, aspecto este que será desenvolvido no presente texto.^{ix}

Antes de adentrar na análise das eleições convém lembrar que a LEC foi criada em 1932 no Rio de Janeiro, por D. Sebastião Leme, visando mobilizar o eleitorado católico para que apoiasse os candidatos comprometidos com a doutrina social da Igreja nas eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte. O programa da Liga refletia duas preocupações básicas: “defesa dos direitos políticos da Igreja (...) e defesa de uma política social baseada nas encíclicas”.^x Definiu, naquela ocasião, um “programa mínimo”, o qual foi apresentado aos candidatos. Aqueles que se comprometessem com o programa teriam seu nome endossado pela Liga. Nas eleições seguintes, os postulados do programa mínimo foram retomados, sendo que os principais eram: “promulgação da Constituição em nome de Deus (...); indissolubilidade do casamento religioso; adoção da instrução religiosa obrigatória nas escolas públicas (...); e a concessão de assistência religiosa oficial às forças armadas, às prisões e aos hospitais”. Entre os demais itens do programa constava também “preservar a ordem social contra qualquer atividade subversiva”.^{xi}

Ainda está para ser realizado um estudo mais profundo sobre a atuação da LEC no Rio Grande do Sul, que vá além das referências que constam em trabalhos sobre o catolicismo no estado e que dê conta da atuação específica da Liga em cada eleição, do levantamento de suas lideranças, dos resultados eleitorais obtidos e da forma como ela era vista por eleitores, candidatos e direções de partidos. Este artigo pretende trazer algumas contribuições, especialmente para o último ponto mencionado, na medida em que mostra que o protagonismo da LEC era alvo de preocupação entre os comunistas e adeptos de outros partidos.

1 – Rumor à eleição de dezembro de 1945

Em julho de 1945, havia acontecido em São Paulo, na Praça da Sé, uma importante manifestação católica na qual tinha sido lido um documento produzido pelos bispos, o Manifesto do Episcopado Brasileiro.^{xii} Na ocasião, os discursos enfatizaram a função da Igreja em harmonizar a vida social, a denúncia das desordens morais que seriam a origem de outras desordens, a crítica aos elementos de materialismo contidos no capitalismo, a denúncia do comunismo como completo abandono da ordem cristã e, também a advertência aos católicos para que não se aproximassem dos comunistas.^{xiii} Comentários sobre a manifestação, na imprensa carioca, consideraram que eventos como aquele “ajudavam a destruir a aparência falsa criada, sobretudo, devido à guerra, segundo a qual o regime comunista da Rússia teria assumido ares de democracia simplesmente porque ela estava na guerra contra as ditaduras nazista e fascista”.^{xiv}

Concentração semelhante aconteceu em Porto Alegre no dia 15 de agosto, oportunidade na qual também foi instalada oficialmente a Liga Eleitoral Católica, “órgão que orientará fora e acima das lides partidárias, o exercício do dever político dos católicos”.^{xv} Na ocasião foi lido o Manifesto do Episcopado Brasileiro e também uma Carta Coletiva produzida pelos bispos gaúchos.^{xvi} Segundo matéria paga, publicada no *Correio do Povo*, teriam comparecido 50 mil pessoas a essa manifestação. A campanha anticomunista teve continuidade através de irradiações diárias promovidas pela LEC e da publicação de artigos pagos no mesmo jornal, artigos originalmente publicados em periódicos católicos, como *A Nação*, *O Legionário* e *Correio Riograndense*. É o caso de “Comunismo e catolicismo” e “Por que a Igreja condena o comunismo?”; “As purgas do partido e as eleições totalitárias do comunismo democrático”; “O tamanduá-bandeira”; “O comunismo ateu”; “A Igreja e o comunismo”.^{xvii}

A Carta Coletiva do Episcopado do Rio Grande do Sul, com o título *O comunismo e o momento nacional*, tinha sido assinada pelo arcebispo de Porto Alegre, pelos bispos de Santa Maria, Caxias do Sul, Pelotas, Uruguaiana e pelo prelado de Vacaria. Apesar do título, a caracterização do “momento nacional” aparece de forma bastante vaga. É tratado como a “hora em que linhas de ruptura desenham-se nas estruturas seculares da ordem social”. Fala, ainda, da “crise nacional que atravessamos [na qual] a neutralidade em face dos dois sistemas sociais, acima mencionados, seria criminosa”. Ou seja, o contexto seria marcado pela ruptura e pela necessidade de tomada de decisões. Os dois sistemas sociais de que a Carta trata são designados como a ordem social cristã e a ordem social

pagã. Eles servem como uma polarização substituta àquela que estaria em voga no momento e que os bispos consideravam falsa: capitalismo X comunismo. A falsidade deste par de opostos estaria relacionada ao fato dos dois sistemas serem condenáveis. O capitalismo é adjetivado como egoísta e ateu. Ele estaria na gênese da injustiça social. Porém, a maior urgência, segundo a Carta, era a de registrar “no tratamento comunista desta crise, a mesma concepção materialista que a gerou”. O comunismo é representado a partir de menções à Rússia e à ação revolucionária comunista fora do cenário russo.

A preocupação com a “confusão funesta” segundo a qual o mundo contemporâneo deveria optar entre o capitalismo e o comunismo, que perpassa a Carta, talvez seja a repercussão do crescimento de uma “sensibilidade de esquerda” em voga e de um clima de cordialidade que fazia com que os comunistas fossem reconhecidos como colaboradores na luta contra o nazi-fascismo. A expressão “sensibilidade de esquerda” foi usada por Paulo Teixeira Lumatti para falar a respeito da repercussão da participação da Rússia na Guerra, da popularidade de Luiz Carlos Prestes e do “cartaz” que tudo isso conferia aos comunistas em 1945.^{xviii} No mesmo sentido, Daniel Aarão Reis Filho lembra que, em 1945, “os comunistas começaram a aparecer como os antifascistas mais decididos, abnegados, corajosos, reivindicando a condição de, e reconhecidos como patriotas, prontos a qualquer sacrifício em nome dos interesses nacionais”.^{xix}

Segundo a Carta, na Rússia, a realização do comunismo teria levado à abolição da família, extinção da propriedade privada, supressão da liberdade de pensamento, de palavra e de trabalho, ao esmagamento da democracia e das liberdades individuais. Além disso, lá teria sido impedida “durante decênios, qualquer afirmação de vida religiosa”.

É possível perceber que a Carta carrega muito da concepção de ordem social presente em outros escritos de D. João Becker. Em suas diversas cartas pastorais, o arcebispo de Porto Alegre defendia a necessidade da restauração da ordem a partir de um processo de recristianização social, vendo tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética como “centros irradiadores do moderno espírito anticristão”.^{xx} Ao mesmo tempo, a Carta coletiva antecipa o binômio que viria a caracterizar logo a seguir a política da Guerra Fria: capitalismo X comunismo, identificados respectivamente com Estados Unidos e União Soviética, binômio que, apesar de não ser novo, não tinha ainda, ao longo de 1945, centralidade no plano político internacional.

Por outro lado, apesar da Carta não mencionar direta ou indiretamente a ação comunista no Rio Grande do Sul, o processo de reorganização do PCB na capital e em diversas cidades do interior já era intenso na metade de 1945. Um exemplo disso foi a

instalação oficial do Comitê Estadual do partido, ocorrida em 30 de julho, em Porto Alegre, no Cine Imperial, que reuniu uma significativa platéia.

A partir do lançamento oficial da Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica, presidida por Armando Câmara, têm-se indícios de um trabalho intenso de organização e propaganda, tanto através de reuniões de núcleos quanto da veiculação de propaganda em jornais e emissoras de rádio e do funcionamento de comitês para o alistamento eleitoral.^{xxi} A Rádio Gaúcha, por exemplo, apresentava palestras da LEC todas as noites, às 20:15 horas. O mesmo acontecia com a Rádio Difusora no horário às 20:30 e nos domingos às 18:50. Esse material, posteriormente, era publicado na forma de matéria paga no *Correio do Povo*. A partir de agosto de 1945 podem ser encontradas neste jornal, juntamente com as matérias assinadas pela LEC, outras que se aproximam do discurso da Liga, que são assinadas por padres e religiosos ou, ainda, que se referem aos antagonismos entre cristianismo e comunismo. Algumas delas serão exploradas a seguir.

Na matéria “O tamanduá bandeira”, o monsenhor Ascânio Brandão faz uma comparação entre este animal da fauna brasileira e os comunistas.^{xxii} Os comunistas teriam tomado como modelo de ação o abraço do tamanduá, já que agiriam da mesma forma que ele. O animal, segundo Brandão, ao avistar um homem, costuma correr em sua direção de braços abertos, dar-lhe um abraço apertado e cravar as unhas em suas costas. Os comunistas estariam usando esta tática, pois “os processos do leão e da onça fracassaram”. Ou seja, a violência explícita não mais estaria funcionando, por isso a necessidade de “atrair as multidões com diversos enganos (...). Sob nomes diversos que, nem sequer falam de comunismo, fundam associações e periódicos, procuram infiltrar-se até em associações declaradamente católicas e religiosas (...). Convidam os católicos a colaborarem com eles (...) propondo coisas, às vezes, absolutamente conformes ao espírito cristão e à doutrina da Igreja”. Finalmente, o apelo: “o tamanduá que nesta hora nos estende os braços e esconde as unhas é perigoso, é terrível. Não nos iludamos num abraço fatal”.

O apelo ao mundo animal e a denúncia dos disfarces dos comunistas também podem ser vistos em matéria paga publicada no dia 19 de agosto.^{xxiii} Segundo o artigo, uma linda cabritinha amarrada numa casa “no cantinho mais belo do prado” ouviu uma voz (ela não sabia que era a de um lobo) que a convidou para ir à montanha, onde desfrutaria de completa liberdade. Temerosa, ela perguntou a respeito dos lobos, ao que foi informada que “são agora inofensivos, são mansinhos como os cordeirinhos. Entre todos os animais foi decretado o reinado da paz e do amor”. A moral da história é assim

anunciada: “assim é o comunismo hoje. Acerca-se dos homens de bem e lhe diz: nada temais quanto à religião; o comunismo é inofensivo, respeitará as vossas crenças”. A matéria também revela a preocupação com o trabalho organizativo que os comunistas vinham desenvolvendo, ao mencionar que “vão os adeptos do comunismo, pelos arrabaldes, de casa em casa, contarolando suas mentirosas promessas, procurando enganar os incautos”.

Em 25 de agosto, a trama envolve alguns bois e um açougueiro e se refere à apatia dos primeiros ao verem o açougueiro dia após dia chegar, laçar um boi e levá-lo para o matadouro.^{xxiv} Quando o último deles se viu laçado, lamentou: “por certo, com razão padecemos, pois vendo o nosso perigo, não quisemos entendê-lo. No princípio, aos guampaços nos poderíamos defender, vendo que nos queria matar; então, não quisemos; agora, eu só não posso: é assim que acabamos todos”. A isso segue um questionamento sobre a lógica de se ir pelo caminho por onde outros já se perderam. Falando concretamente do caminho a ser seguido, então, o autor desafia: “se todos nos alistarmos eleitores e unidos lutarmos contra o inimigo comum do comunismo, este será vencido facilmente aos guampaços de nossos votos”.

As três histórias acima foram publicadas nas proximidades da mobilização da LEC de 15 de agosto de 1945. Tocaram em temas candentes do período como a política de conciliação do PCB e de apoio à União Nacional, o trabalho organizativo do partido e, finalmente, o processo de alistamento dos eleitores para o pleito de dezembro de 1945. Tanto o PCB quanto a LEC montaram postos de alistamento em diversos locais de Porto Alegre.

O PCB e a LEC acompanhavam com atenção o que cada agrupamento falava a respeito do outro. O *Correio do Povo* parece ter sido um canal para uma divulgação mais abrangente de discussões que eram antes veiculadas em outros espaços, mais restritos ao público ligado aos dois contendores. Já foram mencionadas palestras radiofônicas que eram, posteriormente, publicadas no jornal pela Liga. O Partido, por sua vez, teve várias matérias dos seus periódicos (da *Tribuna Popular*, do Rio de Janeiro, da revista *Libertação* e, a partir de 1946, da *Tribuna Gaúcha*, ambos de Porto Alegre) publicadas no *Correio*. No entanto, nem sempre era o PCB o responsável por esta publicação, como será visto adiante.

No final de agosto de 1945, o jornal comunista do Rio de Janeiro publicou matéria assinada pelo seu diretor, o jornalista Pedro Motta Lima, republicada no dia 28 pelo *Correio do Povo*, na qual há um comentário crítico à atuação da LEC em Porto Alegre.^{xxv}

Motta Lima começa afirmando ser necessário distinguir o que eram ações da Igreja Católica, enquanto entidade disciplinada e homogênea, do que eram atos esporádicos, que contradiziam o sentimento de tolerância cristã. Com essa postura, continua, “nos colocamos em face de algumas notícias veiculadas pela imprensa, a respeito de manifestações anti-unitárias”. Ele havia sido informado que “durante um comício por ela [LEC de Porto Alegre] promovido, convidados elementos do oficialismo e representantes dos partidos governistas e opositoristas, todos os oradores combateram as idéias comunistas”. Daí concluiu que “a direção da Liga Eleitoral Católica na arquidiocese de D. João Becker ainda honra e pratica a palavra do foragido Adolfo Hitler. Não cuida de cooperar com os patriotas brasileiros, na liquidação daqueles conhecidos quistos coloniais, envenenados pela propaganda divisionista, anti-democrática e anti-nacional, do pangermanismo hitleriano. Desconhece o compromisso que o sangue dos combatentes brasileiros selou entre nossa pátria e seus dignos aliados das Nações Unidas (...)”.

Lembrou, ainda, que os últimos e fracos redutos do anticomunismo se encontravam em Franco e Salazar. Próximos a estes, no Brasil, estariam “perigosos pobre diabos” que tentavam “acender o estopim de lutas intestinas”. Declarou que os comunistas não se deixariam arrastar por provocações quinta-colonistas, tanto no terreno econômico e político, quanto no religioso, chamando ainda a atenção para o fato de que a concepção materialista de história não se confundia com militância anti-religiosa. Concluiu com um apelo à unidade e à tolerância: “continuaremos apelando para a unidade e para a tolerância recíproca porque não estamos em causa apenas os católicos e comunistas, está em causa toda uma nação que é nossa pátria, está em causa a humanidade inteira”.

Nas palavras do jornalista é possível perceber o peso da política de conciliação e União Nacional. Mesmo estando o PCB sob ataque direto da Igreja, não há na crítica uma condenação total à instituição, mas sim ao que é encarado como um conjunto de atos esporádicos, como a manifestação na qual “todos os oradores combateram o comunismo”. Estes atos não são caracterizados como anticomunistas, mas, sim, como “anti-unitaristas”. Além disso, são mobilizadas referências ao contexto interno e internacional da Guerra: D. João Becker é aproximado de Hitler e distanciado dos Aliados das Nações Unidas, além de ser acusado de quinta-colunismo e de desconhecer o papel desempenhado pela Força Expedicionária Brasileira.

A matéria de Pedro Motta Lima teve resposta publicada no *Correio do Povo* no dia 29 de agosto, por onde se fica sabendo que o artigo da *Tribuna Popular* fora também publicado na revista comunista *Libertação*, que circulava em Porto Alegre.^{xxvi} As

afirmações do jornalista são contrapostas a trechos atribuídos a Lênin. Às palavras do primeiro de que a postura materialista não implicava em militância anti-religiosa e de que o partido defendia a liberdade de crença, são contrapostas palavras de Lênin, segundo as quais o “marxismo é inexoravelmente hostil à religião”. A aparente incoerência entre o “discipulozinho” e o “grande mestre” seria explicada a partir de outra premissa da atuação política dos comunistas. Eles deveriam apelar a tudo o que fosse possível para chegar aos seus objetivos: “astúcias, artifícios, métodos ilegais, prontos a calar e a dissimular o que é verdade”. O texto termina com um apelo à ação: é preciso atuar agora, “enquanto estão em organização e não tomaram conta do poder”. É assinado por “um crítico reacionário”, o que demonstra a apropriação irônica de uma das formas depreciativas de caracterizar os inimigos políticos, muito utilizada naquele momento.

Ainda em 1945, é possível flagrar outra situação onde a propaganda anticomunista da LEC foi intensificada. Trata-se do final do mês de setembro e do início de outubro, quando aconteceu uma visita de Luiz Carlos Prestes ao Rio Grande do Sul. Além da volta das “fábulas anticomunistas”, a LEC fez publicar um artigo versando sobre o sentido da sua propaganda anticomunista.^{xxvii} Em outro nível, a Cúria Metropolitana ordenou que fosse celebrada uma “hora santa” em todas as paróquias da capital no mesmo horário em que estaria acontecendo o comício com Prestes em Porto Alegre, às 15 horas do domingo, dia 30 de setembro.

Ao discorrer sobre o sentido da propaganda anticomunista, a LEC de certa forma dialogou com o PCB, pois aceitou discutir os argumentos com os quais o partido buscava desmerecer a campanha da Liga, fazendo menção ao que fora dito sobre ela na tarde de 30 de setembro, durante o comício mencionado.^{xxviii} Sobre o surgimento da LEC e seus propósitos, afirma que “surgindo com caráter de emergência, a LEC além de movimentar intensamente a qualificação eleitoral, viu-se na obrigação de concentrar seus esforços na conjuração do perigo vermelho que ameaça a estrutura cristã e democrática de nossa nacionalidade”. Porém, “mais uma vez, na tarde primaveril de hoje, nesta capital gaúcha, a atitude da LEC foi interpretada como manobra camuflada do fascismo que estaria se aproveitando capciosamente das crenças religiosas do nosso povo para combater o sistema comunista”. Naquela tarde, também teria sido dito que a hora não era própria para a discussão de doutrinas filosóficas.

Para responder a estas acusações, o artigo discorreu sobre as condições da religião na União Soviética, chamando a atenção para uma relativa liberalização nesse campo durante a Guerra, mas alertando para outros fatos contrários e para a essência do

marxismo-leninismo, oposta ao cristianismo. Apelou, ainda, para uma questão conjuntural da organização político partidária em curso no país, a solicitação que o Superior Tribunal Eleitoral fizera ao PCB para que o partido explicasse o que entendia “por sistema marxista-leninista segundo o qual pretende governar o Brasil”. E, ainda: “o que significa, na vossa linguagem, combater o fascismo?”.

Procurando, de certa forma, usar contra os comunistas as próprias palavras deles, o artigo da LEC assim finalizava: “aliás, foi dito hoje, que o povo tem direito a que lhe falem com sinceridade. Pois em nome da sinceridade pedimos aos amigos da extrema-esquerda que não coloquem mais a campanha anticomunista no terreno em que a colocaram hoje, a não ser que antes definam claramente o que entendem por marxismo-leninismo e o que entendem por fascismo.”

O questionamento sobre o significado de “fascismo” para os comunistas já havia aparecido em outra matéria publicada pela LEC, onde se lê que “nós sabemos muito bem o que quer dizer fascista, na boca de um comunista. Para ele, fascista é todo o regime e toda a organização política, social e religiosa, que não simpatize com os comunistas e combata o comunismo! Portanto, para o comunismo, são necessariamente fascistas todos os que defendem os valores espirituais e o espólio material da civilização, dos assaltos comunistas”.^{xxix}

Vê-se que estava em jogo a caracterização dos novos tempos e sua relação com o passado recente e traumático da Guerra e da ditadura. O significado de ser fascista era diferente para uns e para outros. Para a Igreja, o comunismo não passava de outra forma de totalitarismo. Para os comunistas, o anticomunismo é que se aproximava do nazi-fascismo por estar eivado de intolerância.

Apesar desta intensa troca de acusações entre a LEC e os comunistas, os números da eleição de dezembro de 1945, parecem revelar que a campanha anticomunista não teve muito sucesso, se for analisado o caso de Porto Alegre e de alguns outros municípios gaúchos. O candidato comunista à Presidência da República, ledo Fiúza, fez, nas seis juntas sediadas na capital, uma média 30,30 % dos votos, perdendo apenas para o General Dutra que ficou com 49,12 %. Eduardo Gomes fez 20,25%.^{xxx} Em nível estadual, Fiúza teve apenas 8,13 % dos votos. O candidato comunista também teve uma votação significativa nos municípios de Bagé, Livramento, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria e São Jerônimo. O PCB também elegeu Abílio Fernandes como Deputado Federal. Teve 6,32% dos votos para a Câmara Federal no estado, porém, em Porto Alegre, a média das seis juntas chegou a 23,18%.^{xxxi} No que se refere ao Senado,

cada um dos dois candidatos apresentados pelo partido – Luiz Carlos Prestes e Álvaro Moreira – fez em Porto Alegre um pouco mais do que 10% dos votos, enquanto que a votação em nível estadual ficou em torno de 3% para cada candidato.^{xxxii}

2 – A eleição de 19 de janeiro de 1947

Se a preparação para a eleição de dezembro de 1945 foi um impulso importante na reorganização do Partido Comunista, o bom desempenho nas urnas mostrou que os comunistas tinham conseguido se colocar como participantes de peso nos debates da política nacional e dos novos rumos que seriam dados para o país, através da Assembléia Constituinte.^{xxxiii}

Através de pequenas notas na coluna Política Rio-grandense, do *Correio do Povo*, fica-se sabendo, ao longo de 1946, da criação de novas células comunistas e de atividades realizadas por elas ou no seu conjunto através dos Comitês Distritais e do Comitê Municipal de Porto Alegre. Entre as células que divulgam suas atividades temos: a dos trabalhadores de fiação e tecelagem; a do Bairro Rio Branco; a célula Machla Berger da Cidade Baixa; a célula Moarê Martins; a Lênin, do Bairro Navegantes; a Antônio João, do Menino Deus; a do Hospital São Pedro; a célula Olga Benário Prestes; a célula do Centro; a dos trabalhadores da Editora Globo; a da estiva; a Manuel Rabelo, da Floresta; a André Rebouças; a Aparício Cora de Almeida; a do bairro Farrapos, etc. Ainda não é possível afirmar qual o número exato de células existentes na cidade. Um dos motivos é a denominação variada que elas recebiam na imprensa, sendo designadas ora a partir do local onde funcionavam (bairro, rua ou empresa), ora pelo nome do seu patrono, ora, ainda, pela categoria profissional que as compunha.

A LEC, por sua vez, foi convocada pelos bispos gaúchos para se reorganizar através de uma circular datada de 12 de outubro de 1946. No documento, mencionava-se explicitamente o principal inimigo a ser combatido: “como os inimigos da religião, em primeiro lugar os comunistas, estão empenhados, com um ardor digno de melhor causa, em conseguir melhores resultados que nas eleições passadas, é preciso advertir em todas as ocasiões e por todos os meios possíveis, que nenhum católico pode colaborar, de qualquer maneira que seja, com aqueles elementos hostis, sem trair e renegar a sua fé”.^{xxxiv}

A retomada das atividades na capital se deu com uma grande concentração realizada no dia 27 de outubro de 1946, junto às obras da nova catedral, com o objetivo

de “orientar os católicos no cumprimento de seus deveres cívicos, nas próximas eleições”.^{xxxv} Entre os oradores esteve o Presidente Estadual da Liga, Armando Câmara e o futuro arcebispo de Porto Alegre, Vicente Scherer.^{xxxvi} Este pautou sua exposição pela contraposição entre comunistas e católicos: “às células vermelhas, viveiros do ódio e antros de conspiração, opomos os focos divinos de caridade, de alegria e de união santa dos Centros de Ação Católica, sementeiras de esperanças e de otimismo para o bem da Igreja e da pátria”. Lembrou aos presentes que só poderiam receber votos dos católicos aqueles candidatos que se comprometessem em respeitar e fazer cumprir as leis divinas, tanto na vida pública quanto na particular. Caracterizou o momento como sendo marcado pela orientação atéia ou laicista dos políticos e dos partidos; pela “propaganda de doutrinas que conspiram contra a santidade e a estabilidade dos lares”; pela “atividade subversiva do comunismo russo a explorar as inegáveis privações do povo”. Lembrou, ainda, do voto como arma para derrotar os inimigos da religião, da ordem, da liberdade e da dignidade. Conclamou, finalmente, os presentes, ao alistamento eleitoral.

Os “a pedidos” publicados pela LEC no *Correio do Povo* nas vésperas dessa eleição são menos numerosos que aqueles de 1945. Além disso, não apresentam como alvo preferencial o comunismo. É o que se pode ver no texto “Bases da renovação”, publicado em primeiro de dezembro, que alerta para o espírito de ganância e a ânsia de gozo que estariam se espalhando pela sociedade, ao mesmo tempo em que critica uma postura de “tudo esperar dos outros, sem nada querer dar; exigir dos outros todos os sacrifícios, sem contribuir com nenhuma renúncia”.^{xxxvii} O texto apela, ainda, a todas as classes sociais para o desenvolvimento de um espírito de colaboração sem o qual não seria possível nenhuma reforma ou melhoramento social. Na semana seguinte, o tema é a relação entre religião e política, sendo que o texto se centra no apelo aos católicos para que se interessassem pela política, pois falar em política significaria tocar em questões como “a constituição da família, a educação da infância e da mocidade, a liberdade de ensino, os direitos da pessoa humana, etc.” e também na “liberdade e na vida da Igreja”.^{xxxviii} Faz-se um apelo específico para as mulheres, reconhecendo que elas já haviam entrado na vida pública: “por acaso a deixareis [a vida pública] nas mãos de outros, que favorecem e cooperam na ruína dos fundamentos da organização social, da qual a família é fator essencial em sua unidade econômica, jurídica, espiritual e moral?” Finalmente, há o apelo ao voto, já que “votar e votar bem é um imperativo da religião e da caridade social. A indolente abstenção comprometeria interesses vitais da Religião e da Pátria”.

Fica em aberto a explicação dessa aparente diminuição na ênfase anticomunista da campanha da LEC para o pleito de janeiro de 1947, tendência que entra em contradição com o intenso trabalho de propaganda que os comunistas estavam fazendo na capital e no interior e que repercutiu na eleição de três deputados estaduais e numa votação muito alta em Porto Alegre.^{xxxix} Além disso, o trabalho da LEC foi mencionado com insistência nas matérias partidárias publicadas no *Correio do Povo*, como será visto a seguir. Antes, porém, serão ditas algumas palavras sobre as candidaturas e alianças construídas no final de 1946, visando a eleição de janeiro.

Os descontentamentos da cúpula do PSD com a formação do PTB (para o qual perdeu vários quadros) se intensificaram, segundo Miguel Bodea, com o lançamento da candidatura do petebista Alberto Pasqualini para o governo do estado.^{xi} Estando divididas as forças majoritárias, o PSD precisou buscar novas alianças. Não poderia fazê-lo com os elementos claramente antigetulistas do Partido Libertador (PL) e da UDN, que lançaram a candidatura de Décio Martins Costa. Restavam, então, o PCB e o Partido de Representação Popular (PRP). Ambos foram procurados e ambos aceitaram apoiar o candidato do PSD, Walter Jobim. As razões do apoio de comunistas e antigos integralistas eram diferentes entre si, ainda de acordo com Bodea, “para o PC tratava-se de combater o social-reformismo de Pasqualini e evitar, sobretudo, que o trabalhismo se consolidasse ao nível do movimento operário e sindical gaúcho (...). O PRP, por sua vez, foi sensibilizado a entrar em acordo com o PSD por razões diametralmente opostas: tratava-se de conter o perigo ‘vermelho’ que representaria a candidatura Pasqualini”.^{xii}

A afirmação de Bodea sobre o medo do crescimento do PTB no movimento sindical poderia ser o ponto de partida para um estudo mais aprofundado dando conta da concorrência e/ou colaboração entre PTB e PCB no sindicalismo gaúcho. Por enquanto, é suficiente destacar uma espécie de paradoxo na aglutinação das forças políticas nesta eleição. O mesmo PCB que se preocupava com os restos fascistas que persistiam na política brasileira aceitou fazer parte de uma aliança na qual também estavam participando os integralistas. A propaganda dos candidatos ao governo do estado, por sua vez, recorria a críticas ao comunismo, ao nazismo e ao fascismo, mas geralmente de uma maneira enviesada. Além disso, o papel da LEC e a avaliação do peso eleitoral dos comunistas se mostraram presentes nesta campanha eleitoral.

Um “a pedido” publicado no *Correio do Povo* e assinado por “um grupo de católicos”, em 31 de dezembro de 1946, traz elementos muito interessantes.^{xiii} Ele reproduz artigo publicado no jornal comunista *Tribuna Gaúcha*, o qual comenta o suposto

apoio de Armando Câmara, presidente da LEC no Estado, a Décio Martins Costa, candidato da UDN, chamando a atenção para a falta de imparcialidade da entidade católica. É possível então, perceber a visão que os comunistas tinham da LEC e como essa visão foi utilizada no campo da direita. O anúncio é dirigido aos “católicos rio-grandenses”, esperando que eles “possam atentar bem para os termos desse editorial e ver como o comunismo ateu e materialista considera a candidatura Martins Costa e os líderes católicos que o apóiam.”

O artigo da *Tribuna*, chamado “A chantagem política da LEC”, alerta os leitores/eleitores para os verdadeiros objetivos da Liga, que seriam os de “dividir o povo, levantando falsas questões religiosas e de isolar os candidatos ao Governo do Estado, evitando qualquer aproximação deles com o povo”, o que estaria ficando explícito com o apoio de Armando Câmara à candidatura de Décio Martins Costa. Para esclarecer as implicações disso, o artigo explica que houve esforços da UDN para lançar a candidatura de Câmara ao governo do Estado. Isso não teria tido bons resultados pela avaliação da LEC de que tal ação geraria “uma das mais rápidas polarizações de forças e os outros candidatos teriam de procurar o apoio do povo e das correntes democráticas, com o Partido Comunista à frente, o que não era interessante para os restos fascistas, agrupados na LEC, que ditaram os célebres ‘postulados’ aos candidatos ao governo do Estado”.

Segundo o jornal comunista, os postulados da LEC eram do tempo da Inquisição e foram impostos aos três candidatos, dando mais “forças aos reacionários e fascistas de todos os partidos, a tal ponto que eles isolaram os elementos progressistas dentro de seus próprios partidos”.

Ou seja, ao garantir que os três candidatos ao governo do Estado endossassem os postulados da LEC, a entidade teria conseguido colocá-los todos no campo conservador, o que reforçaria as correntes reacionárias e fascistas em detrimento dos elementos progressistas dentro dos partidos. Percebe-se, assim, a crença na existência de duas forças – a dos fascistas e a dos progressistas – no seio dos três partidos em questão. A balança, todavia, estaria pendendo para o lado da primeira, pela influência da LEC. Mas, ao mesmo tempo em que a LEC mantinha sua postura de apoio aos três candidatos, estaria tentando jogar seu eleitorado para o mais reacionário dos três, o candidato da UDN “que tem feito toda a sua campanha eleitoral à base do anticomunismo”. Estaria acontecendo, segundo a *Tribuna*, uma situação semelhante à das eleições de 1945, quando a LEC também teria colocado “a sua máquina eleitoral em

funcionamento”. Frente a este quadro, os comunistas exortaram os candidatos a “não alimentarem a falsa ilusão de que serão eleitos, à base das promessas da LEC. O que é necessário, e ainda está em tempo, apesar de tudo, é que eles se aproximem do povo, definam-se sobre os seus graves problemas e procurem o indispensável apoio das forças progressistas de nosso Estado”.

Mostrar que os comunistas desprezavam e criticavam com ênfase a candidatura da UDN poderia ser uma forma de propaganda favorável ao candidato deste partido, em contraposição à candidatura que estava sendo apoiada pelo PCB, que não chega a ser mencionada na matéria, que era a de Walter Jobim, do PSD. Tendo este objetivo, no entanto, este “grupo de católicos gaúchos”, que parece favorável à atuação da LEC e se mostra indignado com os “grosseiros ataques a estes dois ilustres e dignos homens públicos”, Martins Costa e Armando Câmara, acabou dando espaço para divulgação das avaliações comunistas sobre as candidaturas, a LEC e o embate entre forças reacionárias e progressistas.

Poucos dias depois, foram partidários do PTB que denunciaram propaganda que estaria utilizando “linguagem nazista” para deturpar seu candidato.^{xliii} Havia sido descoberto um panfleto, redigido em alemão, circulando na zona de colonização alemã do estado, apoiando Walter Jobim e assim se referindo a Pasqualini, do PTB: “não vos deixais conduzir pelo Partido Trabalhista, fundado por Getúlio Vargas, pois este tem o mesmo programa do Partido Comunista e se porta como um comunista disfarçado”. A indignação a respeito do panfleto estaria relacionada com a “linguagem nazista empregada”, pois, lembra o PTB, o nazismo também teria começado com o pretexto de combater o comunismo e acabara escravizando o povo alemão. O resultado disso tudo é assim descrito: “o povo alemão vencido, humilhado, esmagado sob o peso da ocupação, morrendo à fome e com duas partes do seu país dominadas pelos comunistas.” O PSD, além de ter feito uma aliança com o integralismo, estaria procurando difamar os verdadeiros partidos democráticos “como o PTB, que nada tem a ver com o partido comunista”. Além disso, o “a pedido” critica o fato de Jobim ser apresentado no panfleto como “candidato do governo” e não como candidato de um partido, o que remontaria à idéia dos nazistas, “nada de partidos”. A indignação também é manifestada através de uma referência à FEB: “foi para isso que algumas centenas de jovens brasileiros ficaram em Pistóia?”. A vitória do PSD, o “partido de Hitler”, significaria a vitória dos tubarões, dos açambarcadores, dos “que sugam o suor e o sangue de quem trabalha e luta para viver”.

Essa vitória poderia levar o povo à revolta, “a perder todas as ilusões e a ir se passando para os extremismos”.

Temos aí referências à guerra, à situação dos alemães sob o nazismo, à FEB, ao contexto de carestia do pós-guerra e a seus aproveitadores, os “tubarões”. Como último recurso, todavia, o PTB apela para o perigo do povo optar pelos extremismos. A crítica à associação feita pelo adversário entre trabalhismo e comunismo é respondida com a associação entre pessedismo e nazismo, que, no seu extremo, levaria ao extremismo. Não fica claro o que seria este extremismo. Talvez o próprio comunismo.

Tanto a LEC quanto o PSD foram respingados pelas acusações relacionadas ao apoio recebido por Jobim dos comunistas. Três deputados gaúchos, que se apresentam como católicos – Adroaldo Mesquita da Costa, Eloy José da Rocha e Daniel Faraco – publicaram nota no *Correio do Povo*, uma semana antes das eleições, recomendando o nome de Jobim.^{xiv} Mencionaram que o mesmo teria recebido plena aprovação da LEC e que governaria respeitando os direitos da pessoa, promovendo o progresso e a melhoria do nível de vida das populações e “retirando ao comunismo os falsos argumentos de que se vale para conquistar adeptos e investir contra nosso patrimônio espiritual”.

Dois dias depois, a LEC se manifestou sobre o apoio que Jobim recebera dos comunistas, dizendo que a posição de aprovação da Liga em relação ao candidato não havia sido modificada, tendo presente o “gesto de enérgica repulsa” com que o PSD e Jobim responderam à manifestação de apoio dos comunistas.^{xlv}

Esse apoio tão desprezado e criticado, no entanto, foi mantido pelo PCB. O clima das vésperas da eleição pode ser sentido nas palavras do telegrama que Prestes enviou ao Comitê Estadual do Rio Grande do Sul, em 15 de janeiro: “queridos companheiros: acabo de ler a decisão anticomunista da Comissão Executiva do PSD nesse Estado. Congratulo-me convosco e com o povo gaúcho pelo descaramento dos reacionários e insisto na necessidade de apoiar a candidatura democrática de Walter Jobim, a fim de combater o tirano Vargas e seus seguidores. O apoio popular ao governo Jobim será a maneira prática de ajudá-lo a livrar-se dos reacionários de seu partido”.^{xlvi}

A decisão de repudiar publicamente o apoio do PCB, então, seria responsabilidade de setores do PSD e não do partido como um todo já que o mesmo comportaria, ao lado dos reacionários, uma candidatura democrática. O apoio popular ajudaria Jobim a reforçar o aspecto democrático e a derrotar os reacionários. A esperança era de que o apoio popular – aqui subentendido como o voto dos comunistas e simpatizantes – inclinaria a candidatura para o campo progressista. Isso faz lembrar texto antes mencionado –

publicado na *Tribuna Gaúcha* – onde os comunistas denunciavam a estratégia da LEC de tentar isolar os três candidatos, evitando que se aproximassem do povo.

Getúlio Vargas também se manifestou a respeito da eleição no estado e do apoio dos comunistas a Jobim, através de mensagem ao Diretório Estadual do PTB: “ao encerrar-se a campanha eleitoral (...) chega ao meu conhecimento que as forças reacionárias do Partido Social Democrático, nazistas e comunistas, uniram-se contra a candidatura de Alberto Pasqualini. Faço votos para que a consciência cívica do Rio Grande e sua tradição religiosa reajam, assegurando a vitória dos candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro”.^{xlvii} Aqui, religiosidade e civismo são mobilizados para combater os opositores do PTB, caracterizados como reacionários, nazistas e comunistas. Todos, pelo que se depreende, deveriam ser combatidos nos novos tempos.

Na semana seguinte ao pleito, um grupo de partidários de Décio Martins Costa, da UDN, manda republicar no *Correio* outro artigo da *Tribuna Gaúcha*, datado de 23 de janeiro.^{xlviii} É possível depreender que a intenção da *Tribuna* era criticar os integralistas - que não teriam votado em Jobim, apesar da aliança que fizeram com o PSD, e que teriam afirmado falsamente que o PCB dera votos a Pasqualini - e mostrar a coerência dos comunistas que, gratuitamente, votaram no candidato do PSD. No entanto, com o título que foi apostado ao artigo, “Para o conforto dos católicos que votam em Walter Jobim”, o mesmo ganhou um tom irônico, já que os partidários da UDN queriam deixar claro e aberto o apoio comunista a Jobim, o que não agradaria o eleitorado católico desse político e de seu partido. No que se refere aos comunistas, viam com bons olhos o apoio que Jobim recebera dos democratas e dos comunistas, deixando de lado os integralistas que o enganaram. Democratas e comunistas seriam protagonistas de um novo jeito de fazer política, se afastando das raízes e do passado autoritário representados pelos integralistas.

O apoio dos comunistas a Jobim é ainda objeto de análise e de crítica num texto mandado publicar alguns dias depois da eleição por “um grupo de gaúchos independentes” que, pelos indícios apresentados, se afinavam com a candidatura de Pasqualini, do PTB.^{xlix} Antes de saberem o resultado final das urnas, mas já tendo algumas informações sobre a votação em Porto Alegre e em algumas cidades do interior, estes eleitores mostravam preocupação com a possível vitória do candidato do PSD, para a qual o voto dos comunistas teria sido decisivo. Na eleição, segundo a matéria, “o povo do Rio Grande mostrou que já não acredita no fantasma do ‘candidato oficial’, nem mais empresta seu apoio a partidos que não têm qualquer significação social, nem razão de

ser, como, por exemplo, o Partido Social Democrático”. Aqui, a referência ao candidato oficial se aproxima daquela que consta na crítica ao panfleto redigido em alemão, antes comentado. A falta de significação social do PSD poderia ser interpretada como uma contraposição ao PTB como partido com propósitos mais claros.

O texto constata o “esboroamento do PSD em todo o estado e principalmente na capital”, exemplificando com a primeira urna aberta na capital, na qual Jobim teria tido apenas 73 votos, sendo que 69 deles estariam acompanhados da legenda do Partido Comunista. Continuada a apuração em Porto Alegre, a mesma tendência teria sido verificada nas demais urnas. “Assim, não fosse o acordo com os comunistas que, por ordem de Luiz Carlos Prestes, votaram em massa no candidato dos tubarões, este sofreria na capital do Estado uma derrota ainda mais esmagadora do que esta que está sofrendo”. Porém, lamentam que o quadro fosse diferente nos “centros ainda mais atrasados, impermeáveis à renovação”, onde ainda estaria imperando a mentalidade do “candidato oficial”.

Ao mesmo tempo, o apoio do PCB é assim avaliado: “surge o Partido Comunista para assumir uma atitude que é a negação de tudo aquilo que pregam: de franco apoio aos inimigos do povo, aos sugadores do esforço alheio, aos traficantes do mercado negro, etc.”. Denuncia o “a pedido” que “vender o voto do proletariado aos tubarões é trair o povo” e que os comunistas ajudaram “os fascistas e os reacionários e principalmente os tubarões a manter e a reforçar as amarras que escravizam o povo”.

Se, nas palavras acima, a ênfase é na incoerência de uma aliança entre PCB e PSD – o que, implicitamente, significa ver aspectos positivos no primeiro – no mesmo texto é possível encontrar uma crítica de outro matiz ao comunismo, aquela que o contrapõe à democracia e ao cristianismo. “Caso vença, portanto, o candidato do extinto PSD, o Rio Grande, terra de tantas e tão gloriosas tradições, terra essencialmente democrática e cristã, será governado por um político eleito pelos comunistas. Ninguém poderia imaginar que o Rio Grande viesse a passar um dia por esta humilhação”. Ou seja, em poucas linhas, o texto transitou de uma crítica conjuntural à atuação do PCB – apontando a incoerência desse partido estar apoiando os “inimigos do povo” – para uma crítica de ordem filosófica – mostrando a impossibilidade da convivência entre democracia, cristianismo e comunismo. Daí, a lógica de que seria humilhante para o Rio Grande do Sul ser governado por um político eleito por comunistas.

3 – A eleição de 15 de novembro de 1947

Entre a eleição de janeiro de 1947 e aquela de novembro do mesmo ano, o PCB teve seu registro cassado. Foi um longo processo, iniciado nos primeiros meses de 1946 e concluído em 07 de maio de 1947.

Apesar da ilegalidade, a voz do PCB continuou se manifestando através dos parlamentares eleitos em dezembro de 1945 e em janeiro de 1947, que só perderam seus mandatos em janeiro de 1948. No caso do Rio Grande do Sul, os três deputados estaduais eleitos pelo PCB continuaram atuando na Assembléia Legislativa, assim como o deputado federal, na Câmara. Na Assembléia, eles denunciaram em muitas de suas falas o processo de fechamento político em curso. Também questionaram os rumos da recém inaugurada democracia brasileira e do governo Jobim, que haviam ajudado a eleger. Estas questões não serão desenvolvidas neste artigo, mas elas representam aspecto importante para a compreensão dos embates entre os comunistas e seus opositores, num momento de fechamento político.¹

A ilegalidade não impediu que os comunistas lançassem candidatos à Câmara Municipal de Porto Alegre para a eleição de novembro. Nela ainda foram colhidos os frutos do trabalho organizativo desenvolvido desde 1945, com a eleição de dois vereadores e de dois suplentes. Concorreram utilizando a sigla do Partido Social Progressista (PSP), o que não passou despercebido para as autoridades policiais que, em diversas ocasiões, decidiram pela não realização de atos de propaganda dos candidatos comunistas, os “vereadores de Prestes”.

Na campanha para a eleição de novembro de 1947, a repressão policial se mostrou mais insistente que a tentativa de convencimento dos eleitores a partir de argumentos anticomunistas. É o que se pode ver pelos casos de proibição de comícios. O primeiro noticiado pelo *Correio do Povo* se realizaria em 07 de novembro de 1947.ⁱⁱ A Chefia de Polícia considerou que estando o Partido cassado, não deveria conceder a licença para o *meeting* a ser realizado no Largo da Prefeitura e na Praça Parobé. Como o mandato de segurança impetrado pelo partido não foi julgado a tempo, prevaleceu a decisão da polícia que, no entanto, foi contestada pelos comunistas que se dirigiram ao local tentando fazer o comício. Frente a esta situação, houve o uso de força pela Guarda Civil que, segundo a matéria do *Correio do Povo*, distribuiu cacetadas e causou correrias, atropelos e ferimentos. Estavam presentes, na ocasião, os deputados Abílio Fernandes, Dionélio Machado, Jover Telles, Pinheiro Machado Netto e Júlio Teixeira. A situação se

normalizou em torno das 23 horas. O local, porém, ainda permaneceu sob vigilância policial.

Três dias após estes fatos, o centro de Porto Alegre foi palco de novo enfrentamento entre policiais e militantes comunistas que continuavam tentando fazer propaganda das candidaturas à Câmara Municipal.ⁱⁱⁱ Na Rua dos Andradas, à altura do Café Cinelândia, vários candidatos inscritos sob a chapa do PSP iniciaram a distribuição de cédulas aos transeuntes. Enquanto alguns liam um manifesto com o programa mínimo dos candidatos, os demais distribuía as cédulas aos passantes. Vendo nesta distribuição uma infração às determinações do Superior Tribunal Eleitoral e reconhecendo tratar-se de comunistas utilizando a sigla do PSP, a polícia interveio e deteve, além dos candidatos locais, dois vereadores comunistas cariocas que se faziam presentes. A diligência se fez com a participação da tropa de choque da Repartição Central de Polícia e, segundo o *Correio do Povo*, foi “uma intervenção brusca e violenta. A golpes de borracha, o grupo foi dispersado e as detenções foram realizadas enquanto a Rua dos Andradas, tumultuada, fervilhava de povo”. A violência foi tão longe que um jornalista do *Diário de Notícias*, que cobria os acontecimentos, também foi espancado, por ter tirado uma foto da diligência policial. Os policiais, segundo a notícia do *Correio do Povo*, arrancaram sua máquina fotográfica e a espatifaram no chão.

Em 12 de dezembro, alguns dias antes da eleição, foi mais uma vez proibida a realização de um comício, no Largo da Prefeitura, em homenagem aos “vereadores de Prestes”.ⁱⁱⁱⁱ Houve policiamento intensivo no Largo e nos restaurantes e cafés localizados ao redor do mercado público e também o trânsito foi alterado. Na nota oficial da polícia sobre a proibição, há uma menção ao apoio que as autoridades vinham recebendo da “laboriosa e altivamente ordeira população porto-alegrense” na prevenção “à desordem que o comunismo pretende implantar entre nossa gente”. A polícia admitiu reconhecer que “estas medidas que representam alteração no ritmo normal da vida cidadina”, mas alertou que as mesmas “decorrem da notória insubordinação dos comunistas, únicos e verdadeiros responsáveis pela intranquilidade pública que atos desta natureza provocam”.

A análise das eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre revelou as características do anticomunismo que marcou aqueles anos agitados que inauguraram um novo período na política brasileira e internacional. O olhar esteve centrado naqueles acontecimentos e representações diretamente relacionados à atuação político-eleitoral do PCB. A LEC apareceu como uma antagonista de destaque, possivelmente aquela que atuou de forma

mais insistente e sistemática, divulgando para o público em geral – e não só para os católicos – suas desconfianças a respeito da linha política adotada pelo PCB naquele momento e a sua condenação irrestrita ao comunismo.

O *Correio do Povo* mostrou-se uma fonte muito fecunda de pesquisa, à medida que apresentava importantes registros da ação comunista e anticomunista na cidade e no estado, mas também porque servia como espaço para reprodução de textos e análises publicados em órgãos comunistas e católicos e também provenientes da imprensa do centro do país. A pesquisa no *Correio* permitiu captar o diálogo e o confronto entre aqueles que se colocavam no campo do anticomunismo e os comunistas. Com isso foi possível mostrar indícios da repercussão do discurso anticomunista entre os comunistas e também as preocupações resultantes do frenético crescimento do partido, por parte daqueles que o combatiam.

O que foi apresentado, todavia, não é ainda um retrato completo daquela rica conjuntura. Ela também foi marcada pelas expectativas geradas em torno da queda do Estado Novo, da elaboração da nova Constituição e da eleição do presidente da República; pela volta da FEB e reincorporação de seus membros na sociedade brasileira; pela luta contra a carestia; pela atuação dos comunistas e trabalhistas no movimento sindical; por importantes surtos grevistas; pela marca repressiva do governo Dutra; pela repressão policial aos comunistas – como foi brevemente mencionado em relação à eleição de novembro de 1947 -; e enfim, pela eclosão da guerra fria.

ⁱ O texto é resultado do projeto de pesquisa “O anticomunismo brasileiro nas encruzilhadas do autoritarismo e da democracia: a conjuntura 1945-1947”, desenvolvido na UFRGS, com o apoio financeiro da FAPERGS. A pesquisa empírica foi feita com o auxílio dos estudantes de História Gustavo Coelho Farias, Caroline P. Leal e Marcelo Müller (voluntários), bem como da estudante Marisângela Antunes Martins, com Bolsa de Iniciação Científica da FAPERGS, desde março de 2004.

ⁱⁱ *Correio do Povo* (CP), 12 de agosto de 1945, p. 5.

ⁱⁱⁱ Optou-se por desenvolver este texto a partir do *Correio do Povo* por constatar que este periódico de circulação estadual veiculava matérias pagas provenientes de periódicos do PCB ou de jornais católicos, além daquelas assinadas por partidários do PTB, da UDN e do PSD. Com exceção de algumas notícias sobre prisões de militantes comunistas no final de 1947, não foram usadas na elaboração deste texto notícias originais ou editoriais do *Correio*, que pudessem expressar a política editorial do mesmo. A quantidade de notas informativas sobre o PCB em Porto Alegre – publicadas quase que diariamente em certos períodos – faz crer que, enquanto esteve na legalidade, o partido não encontrou grandes dificuldades para anunciar suas

atividades aos militantes e interessados, através do jornal em questão. A LEC também tinha seus trabalhos anunciados no *Correio do Povo*.

^{iv} Dados sobre a eleição de dezembro de 1945 e janeiro de 1947 retirados de *As eleições no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Síntese, s.d., p. 249 a 261. Sobre a eleição de dezembro de 1947, os dados sobre os comunistas foram extraídos de FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caxias do Sul: EducS, 2004, p. 401.

^v FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3.

^{vi} PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995, p. 138. Ver também: PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001 e KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Ed. Unesp, 2003.

^{vii} Citado em MORAES, Denis & VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e auto-críticas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1997, p. 134.

^{viii} Críticas no seio do partido podem ser exemplificadas pelas posturas do Comitê de Ação, grupo formado por profissionais liberais e intelectuais paulistas. Entre eles, destacava-se a figura de Caio Prado Júnior. Ver: IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários políticos de Caio Prado Júnior – 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1999. Em Porto Alegre, o depoimento do militante comunista Eloy Martins – que inclusive foi eleito vereador em 1947 – revela a insatisfação com a orientação de apertar os cintos dos trabalhadores e de trabalhar na contra-mão das demandas que estes começaram a levar a público a partir de 1945. Ver: MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB – Memórias de um metalúrgico*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1989, p. 75 a 85.

^{ix} Sobre anticomunismo católico ver também: RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. 2. ed. Passo Fundo, Ediupf, 2002.

^x ABREU, Alzira Alves & outros (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-30*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001, p. 3118 (Verbete Liga Eleitoral Católica).

^{xi} Idem, p. 3119.

^{xii} O texto completo do Manifesto pode ser encontrado em *Unitas: Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, n. 7-9, Julho – Setembro de 1945, p. 169-180.

^{xiii} RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Tese de Doutorado em História.

^{xiv} Idem.

^{xv} Convocação ao Povo. CP, 7/08/45, p. 1.

^{xvi} A Carta se encontra no número de *Unitas* acima mencionado, nas páginas 181 a 184.

^{xvii} As datas da publicação dos artigos no CP foram as que seguem: “Comunismo e catolicismo” e “Por que a Igreja condena o comunismo?” (12/08); “As purgas do partido e as eleições totalitárias do comunismo

democrático” (14/08); “O tamanduá-bandeira” (15/08); “O comunismo ateu” (18/08); “A Igreja e o comunismo”(21/08/45).

^{xviii} IUMATTI, Paulo Teixeira. Op. cit., p. 51.

^{xix} REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 5, Campinas: Editora da Unicamp, 2002, p. 71.

^{xx} ISAIA, Artur César. *Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Edipucrs, 1998, p. 170.

^{xxi} Sobre Armando Câmara, figura de destaque na intelectualidade católica rio-grandense, ver DE BONI, Luís Alberto (Org.). *Armando Câmara: obras escolhidas*. Porto Alegre, Edipucrs, 1999.

^{xxii} A pedido: o tamanduá bandeira. CP, 15 de agosto de 1945, p. 5.

^{xxiii} A pedido: a cabritinha e o lobo. CP, 19 de agosto de 1945, p. 10. A matéria é assinada por Dr. Olavo Daniel Azevedo.

^{xxiv} A pedido: os bois e o açougueiro. CP, 25 de agosto de 1945, p. 3.

^{xxv} A pedido: comunistas, católicos e certos provocadores fascistas. CP, 28 de agosto de 1945, p. 5.

^{xxvi} Quem tem razão: Pedro Motta Lima ou Lenine? CP, 29 de agosto de 1945, p. 5.

^{xxvii} As “fábulas” foram publicadas em 02, 23 e 30 de setembro e em 07 de outubro. Duas delas serão brevemente comentadas aqui: a uma lebre com o pé machucado, um lobo oferece ajuda, dizendo que sua língua faria a ferida sarar. A lebre desconfiada disse acreditar na virtude da língua, mas temer a vizinhança dos dentes. Assim como esta lebre seria o comunismo: viria disfarçado, mas depois de tomar o poder cravaria os dentes nos católicos e lhes sugaria o sangue. A pedido: os católicos e o comunismo. CP, 02 de setembro de 1945, p. 3. Outra história se passa com um homem que, por piedade, levou para casa uma cobra quase morta e a agasalhou. Esta, quando recuperada, mordeu o seu benfeitor que, depois, morreu. Desgraça semelhante aconteceria, alerta a fábula, aos que fossem atrás das doutrinas perversas do comunismo, levando-as para dentro de sua própria casa. A pedido: o homem, a cobra e o comunismo. CP, 23 de setembro de 1945, p. 5.

^{xxviii} O sentido da propaganda anticomunista. CP, 6 de outubro de 1945, p.5.

^{xxix} A pedido: fascismo, comunismo e catolicismo. CP, 26 de agosto de 1945, p. 5.

^{xxx} Os dados se referem às juntas 1 a 5 e à junta 8. Informações retiradas de NOLL, Maria Izabel & TRINDADE, Hélgio (Orgs.). *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul (1945-1994)*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS / Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995, p. 22.

^{xxxi} NOLL & TRINDADE. Op. cit., p. 28 e 29.

^{xxxii} Idem, p. 25.

^{xxxiii} Uma pesquisa sobre a militância do PCB e suas concepções de democracia, bem como sobre os diversos campos de atuação do partido em Porto Alegre entre 1945 e 1947 está sendo desenvolvida por Marisângela

Martins, no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, sob minha orientação, com defesa prevista para março de 2007.

^{xxxiv} Circular Coletiva. In: *Unitas – Boletim da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, n. 10-12, outubro-dezembro de 1946, p. 302.

^{xxxv} Liga Eleitoral Católica. CP, 20 de outubro de 1946, p. 24.

^{xxxvi} Realizou-se, domingo último, a concentração católica. CP, 29 de outubro de 1946, p. 6.

^{xxxvii} A pedido: bases da renovação. CP, 1 de dezembro de 1946, p. 6.

^{xxxviii} A pedido: religião e política. CP, 8 de dezembro de 1946, p. 3.

^{xxxix} Nas juntas de número 1 a 5, referentes ao município de Porto Alegre, o PCB fez uma média de 19,06 % dos votos. Na junta 6, que além de Porto Alegre, incluía os municípios de Canoas, Guaíba e Gravataí, a votação do PCB foi de 5,4 %. Em nível estadual, o Partido fez 5,76% dos votos para a Assembléia Legislativa. De acordo com NOLL & TRINDADE. Op. cit, p. 44 e 45.

^{xl} BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1002, p. 39.

^{xli} Idem.

^{xlii} CP, 31 de dezembro de 1946, p. 6.

^{xliii} CP, 3 de janeiro de 1947.

^{xliv} CP, 12 de janeiro de 1947, p. 12.

^{xlv} CP, 14 de janeiro de 1947, p. 8.

^{xlvi} CP, 16 de janeiro de 1947, p. 8.

^{xlvii} CP, 17 de janeiro de 1947, p. 6.

^{xlviii} CP, 23 de janeiro de 1947, p. 3.

^{xliv} A pedido: A aliança dos comunistas com o candidato dos tubarões ameaça frustrar uma retumbante vitória do povo. CP, 24 de janeiro de 1947, p. 5.

¹ Estes aspectos foram desenvolvidos em trabalho por mim orientado: MARTINS, Marisângela T. A. Viva a democracia: a apelo à democracia no discurso dos comunistas e anticomunistas na Assembléia Legislativa gaúcha em 1947. In: *XVI Salão de Iniciação Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2004.

^{li} Dissolvido pela polícia numeroso grupo de comunistas que tentavam realizar um comício ontem à noite, CP, 8 de novembro de 1947, p. 12.

^{lii} A polícia impediu, usando a força, que candidatos comunistas fizessem sua propaganda eleitoral. CP, 11 de novembro de 1947, p. 16.

^{liii} Interditado o Largo da Prefeitura, contra um comício comunista. CP, 13 de dezembro de 1946, p. 10.